

Carta aberta à nova presidência da Caixa Econômica Federal

Desde junho de 2016, diversas decisões tomadas pelos ocupantes da direção da Caixa representaram, para os empregados do banco, duros ataques a seus direitos e deterioraram as relações de trabalho na empresa. A própria Caixa sofreu com decisões temerárias da direção que, como consequência, trouxeram prejuízos financeiros, de imagem, paralisia parcial de suas operações, entre outros danos.

É importante que a direção que toma posse neste início de 2023 esteja comprometida em mudar a forma como a Caixa tem sido conduzida, apure os fatos ocorridos nas gestões anteriores (garantindo aos envolvidos amplo direito ao contraditório) e busque as reparações devidas. Isto é fundamental para que não se estabeleça um clima de impunidade para os atos que causaram prejuízos de cunho corporativo e pessoal. Além disso, é fundamental que a direção que assume a gestão do banco discuta com os empregados soluções para os passivos causados pelos ex-dirigentes da empresa. Só assim teremos uma nova Caixa, a postos e fortalecida para o desafio de contribuir na construção de um novo Brasil.

Alguns pontos são vistos como centrais pelos empregados, tanto da rede quanto das áreas de suporte:

- › Mais contratações: a diminuição do quadro de trabalhadores da empresa tem causado sobrecarga de trabalho, com reflexos no atendimento à população e impactado na mobilidade das pessoas.
- › Revisão do modelo de comissionamento e descomissionamento e valorização da carreira: a dependência financeira que muitos têm de suas

funções gratificadas, aliada ao modelo de descomissionamento, marcado pela arbitrariedade e poder discricionário, torna o ambiente propício para a gestão pelo medo e institucionaliza a prática do assédio moral.

- › Recriação da área de gestão de pessoas: um dos símbolos da política de pessoal das direções anteriores foi o fim da vice-presidência de Gestão de Pessoas, com suas atribuições incorporadas à vice-presidência de Logística e Estratégia, o que equivaleu a equiparar os empregados do banco a insumos, tais quais mobiliário e material de consumo. É estratégico e simbólico que haja uma vice-presidência com foco na área.
- › Revisão urgente do AE 079, de modo a resguardar o direito à ampla defesa e ao contraditório.
- › Retorno do PRO, para que a condição de saúde dos empregados seja respeitada quando retornarem ao trabalho após as licenças médicas, evitando novos afastamentos.
- › Retorno da nomeação efetiva para as funções nas unidades, possibilitando movimentações.
- › Alteração do estatuto do banco, removendo itens que limitam a livre negociação, como o teto para o custeio do Saúde Caixa.
- › Estabelecimento de um diálogo constante com as entidades, com pautas pontuais e definidas, para que sejam debatidas as alternativas para resolver os inúmeros problemas causados pelas administrações anteriores e quaisquer questões que venham a surgir, trazendo respeito e humanidade às relações de trabalho na empresa.

